



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0009328-12.2017.8.26.0566 - 2017/002510**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve (Violência Doméstica Contra a Mulher)**  
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 595/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**  
 Réu: **JOSE ANTONIO DUARTE**  
 Data da Audiência: **15/10/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JOSE ANTONIO DUARTE**, realizada no dia 15 de outubro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi a testemunha GILBERTO CLÓVIS DE SOUZA. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram das oitivas das testemunhas faltante MARCELA GONÇALVES e SILVA, CARLOS HENRIQUE QUIRINO, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JOSE ANTONIO DUARTE**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 129, § 9º, na forma dos artigos 5º e 7º da Lei 11.343/2006. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

|      |  |
|------|--|
| FLS. |  |
|      |  |

representante do Ministério Público requereu a improcedência da ação penal. A defesa requereu o decreto absolutório. **É o relatório. DECIDO.** Acolho os motivos expostos por ambas as partes e os tomo como minhas razões de decidir, para fundamentar a impossibilidade de embasamento de um decreto penal condenatório. O acusado afirma que agiu em legítima defesa e não há como eleger umas das versões como sendo uma das verdadeiras, isto é, nem a do réu nem a da vítima. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **JOSE ANTONIO DUARTE** da imputação de ter violado o disposto no artigo 129, § 9º, na forma dos artigos 5º e 7º da Lei 11.343/2006, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comuniquem-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

|  |
|--|
| <p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p> |
|--|

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: